

13/12/2011

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 104.017 RIO DE JANEIRO

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S)	: GILBERTO LINHARES TEIXEIRA
ADV.(A/S)	: LUIZ CARLOS DA SILVA NETO
AGDO.(A/S)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**EMENTA: PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. DECISÃO MONOCRÁTICA DENEGATÓRIA. DUPLA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. MANIFESTA ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER. INOCORRÊNCIA. HABEAS CORPUS PER SALTUM. DESCABIMENTO. CONEXÃO DE AÇÕES PENAIS. INCOGNOSCIBILIDADE. DILAÇÃO PROBATÓRIA. REUNIÃO DE AÇÕES PENAIS. FACULDADE DO JUIZ (CPP, ART. 80). DESMEMBRAMENTO DE AÇÕES POR FATOS CONEXOS. POSSIBILIDADE. COMPLEXIDADE. CELERIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

1. A dupla supressão de instância ocorre quando o *writ* veicula matérias que o Tribunal Regional Federal e o Superior Tribunal de Justiça não apreciaram. Precedentes: HC 100.595/SP, Relatora Min. ELLEN GRACIE, Segunda Turma, Julgamento em 22/2/2011, DJ de 9/3/2011; HC 100616/SP, Relator Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, Julgamento em 08/02/2011, DJ de 14/3/2011; HC 103835/SP Relator Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, Julgamento em 14/12/2010, DJ de 8/2/2011; HC 98616/SP, Relator Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, Julgamento em 14/12/2010.

2. A conexão de ações penais é matéria incognoscível em *habeas corpus*, por demandar dilação probatória, revelando-se a separação de feitos processuais uma faculdade do magistrado, nos termos do CPP, art. 80 - *Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação.* (Precedentes: HC 91.895/SP, Relator Ministro Menezes Direito, Primeira

**HC 104.017 AGR / RJ**

Turma, Julgamento em 01/4/2008; HC 84.301/SP, Relator Ministro Joaquim Barbosa, Segunda Turma, Julgamento em 9/11/2004)

3. *In casu*: a) o paciente, é réu em 8 (oito) ações penais que tramitam perante a 6ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, processos que estão em diferentes fases, alguns com sentença condenatória proferida, outros ainda na fase instrutória, sendo-lhes imputadas as condutas tipificadas nos arts. 1º, V, § 4º, da Lei nº 9.613/98 (lavagem de dinheiro); art. 10 da Lei nº 9.296 (interceptação de comunicação telefônica); arts. 312 c/c 71 e 288 (peculato e quadrilha), do Código Penal; e arts. 89, 90 e 96, I, da Lei nº 8.666/91 (crimes previstos na Lei de Licitações).

b) as ações penais a que o paciente responde correspondem, aparentemente, a fatos diversos, alguns em concurso de pessoas, outros não, e abrangem fatos ocorridos em períodos de tempo diferenciados, e que se amoldam a diversos tipos penais.

4. As ações penais de maior complexidade podem ser desmembradas, ainda que eventualmente exista conexão entre as infrações processadas, por motivos de conveniência da instrução criminal.

5. A prevenção restou observada, porque tramitam no mesmo juízo todos os feitos processuais, não havendo, quanto ao mais, patente ilegalidade ou abuso de poder que pudesse autorizar o conhecimento deste *habeas corpus per saltum*.

6. Agravo regimental desprovido.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em negar provimento ao agravo regimental no *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 13 de dezembro de 2011.

**LUIZ FUX – Relator**

*Documento assinado digitalmente*

13/12/2011

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 104.017 RIO DE JANEIRO

RELATOR	: MIN. LUIZ FUX
AGTE.(S)	: GILBERTO LINHARES TEIXEIRA
ADV.(A/S)	: LUIZ CARLOS DA SILVA NETO
AGDO.(A/S)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR): Trata-se de agravo regimental contra decisão monocrática denegatória de seguimento a *habeas corpus* impetrado pelo advogado Luiz Carlos da Silva Neto em favor de GILBERTO LINHARES TEIXEIRA contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça que implicou o desprovimento de agravo regimental contra decisão que não conheceu do *writ* ali impetrado. Eis a ementa do julgado (fls. 1824):

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. CRIMES DE PECULATO, QUADRILHA LAVAGEM DE DINHEIRO E INTERCEPTAÇÃO DE COMUNICAÇÃO TELEFÔNICA. PLEITO DE RECONHECIMENTO DE CONEXÃO MATERIAL. QUESTÃO NÃO APRECIADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NECESSIDADE DE EXAME DE MATÉRIA FÁTICA-PROBATÓRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. O pleito de reunião das ações penais, por alegada conexão material, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, não há como ser conhecida a impetração, diante da flagrante incompetência desta Corte Superior (art. 105, inciso II, alínea a, da Constituição da República) para apreciar originariamente a matéria, sob pena de supressão de instância.

2. Não há constrangimento ilegal no não conhecimento do *writ* no caso, uma vez que análise da tese de conexão sustentada pelo Impetrante, nos termos em que foi posta, demanda amplo

**HC 104.017 AGR / RJ**

reexame da matéria fático-probatória dos autos sobre as condições de tempo, lugar e maneira de execução dos delitos para determinar que os vários crimes foram continuação de um primeiro, o que é vedado na estreita via do *habeas corpus*.

3. Agravo regimental desprovido.

Noticiam os autos que o paciente é réu em 8 (oito) ações penais que tramitam perante a 6ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, processos que estão em diferentes fases, alguns com sentença condenatória proferida, outros ainda na fase instrutória, por serem-lhe imputadas as condutas tipificadas nos arts. 1º, V, § 4º, da Lei nº 9.613/98 (lavagem de dinheiro); art. 10 da Lei nº 9.296 (interceptação de comunicação telefônica); arts. 312 c/c 71 e 288 (peculato e quadrilha), do Código Penal; e arts. 89, 90 e 96, I, da Lei nº 8.666/91 (crimes previstos na Lei de Licitações).

Com a pretensão de reunir num só feito as diversas ações penais a que responde, impetrou-se *habeas corpus* perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, tendo o relator do processo no Tribunal indeferido a impetração sem ingressar na análise do mérito por não haver ameaça ou violação ao direito de locomoção do paciente.

Daí o ajuizamento de *habeas corpus* perante o Superior Tribunal de Justiça, onde obteve o mesmo resultado.

Neste *habeas corpus*, o impetrante reiterou a tese de conexão material entre as diversas ações, e requereu que o Tribunal Regional Federal da 2ª Região aprecie, como entender de direito, o mérito da impetração.

A liminar foi indeferida pelo Ministro Eros Grau (fls. 1805).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento da ordem, e se conhecida, pela sua denegação, em parecer assim ementado (fls. 1.831):

**HC 104.017 AGR / RJ**

*HABEAS CORPUS*. PECULATO, QUADRILHA, LAVAGEM DE DINHEIRO E INTERCEPTAÇÃO DE LIGAÇÃO TELEFÔNICA. PRETENDIDO RECONHECIMENTO DE CONEXÃO MATERIAL. QUESTÃO NÃO APRECIADA PELA CORTE REGIONAL NEM PELO STJ. DUPLA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIAS. NECESSIDADE DE ANÁLISE FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PELO NÃO CONHECIMENTO. SE CONHECIDO, PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM.

Neguei seguimento ao *writ* em decisão assim ementada:

PROCESSUAL PENAL E CONSTITUCIONAL. *HABEAS CORPUS*. PECULATO, QUADRILHA, LAVAGEM DE DINHEIRO E INTERCEPTAÇÃO DE COMUNICAÇÃO TELEFÔNICA. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO NO STJ. HIPÓTESE DE NÃO CABIMENTO DE NOVO *WRIT* NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, POR FALTAR-LHE COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO. DUPLA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA NA DECISÃO IMPUGNADA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO.

No agravo regimental, a defesa do paciente reitera as razões do *writ*, nos seguintes termos: i) a ameaça ao direito de locomoção é manifesta, uma vez que decorre do ajuizamento reiterado de ações penais, todas conexas, mediante a imposição de várias prisões preventivas; ii) *error in judicando* do Superior Tribunal de Justiça em não determinar que o TRF da 2ª Região se manifeste sobre o mérito da impetração; iii) é cabível o exame da conexão em sede de *habeas corpus*.

É o relatório.

13/12/2011

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO HABEAS CORPUS 104.017 RIO DE JANEIRO

**V O T O**

**O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX (RELATOR):** O agravo regimental não merece prosperar.

A pretensão da parte agravante, qual seja, a reunião de 8 (oito) ações penais em trâmite contra o paciente, todas na 6ª Vara Criminal do Rio de Janeiro, não foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, que limitou-se a assentar que *“Não há constrangimento ilegal no não conhecimento do writ no caso, uma vez que análise da tese de conexão sustentada pelo Impetrante, nos termos em que foi posta, demanda amplo reexame da matéria fático-probatória dos autos sobre as condições de tempo, lugar e maneira de execução dos delitos para determinar que os vários crimes foram continuação de um primeiro, o que é vedado na estreita via do habeas corpus”*.

Consectariamente, o conhecimento deste writ, sem que o Tribunal Regional Federal e o Superior Tribunal de Justiça tenham julgado o mérito dos *habeas corpus* impetrados, implicaria dupla supressão de instância. Nesse sentido, os seguintes julgados:

*HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. QUESTÕES NÃO CONHECIDAS PELO STJ. AUTORIDADE COATORA. TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INCOMPETÊNCIA DO STF. NEGATIVA AO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE FUNDAMENTADA. PRISÃO ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO. INSTRUÇÃO CRIMINAL ENCERRADA. EXCESSO DE PRAZO PREJUDICADO. ORDEM DENEGADA. 1. O Superior Tribunal de Justiça não se manifestou acerca do regime prisional imposto ao paciente no que concerne ao crime de tráfico de drogas e da possibilidade de aplicação da causa de diminuição de pena*

**HC 104.017 AGR / RJ**

prevista no art. 22, § 4º, da Lei 11.343/06. 2. No que diz respeito aos temas não abordados pela Corte Superior, a autoridade coatora é o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Com efeito, não compete a esta Suprema Corte conhecer dessas matérias, sob pena de supressão de instância. Precedentes. 3. A proibição ao direito de o paciente recorrer em liberdade foi devidamente fundamentada. Ademais, o paciente foi preso em flagrante e permaneceu preso durante toda a instrução criminal. 4. A alegação de excesso de prazo fica prejudicada pelo fim da instrução penal e pela prolação de sentença condenatória. Precedentes. 5. *Writ* conhecido em parte e denegado. (HC 100595/SP, Relatora Min. ELLEN GRACIE, Segunda Turma, julgado em 22/2/2011, DJ de 9/3/2011).

*HABEAS CORPUS*. PEDIDO DE LIBERDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. REINCIDÊNCIA. REGIME FECHADO. POSSIBILIDADE. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA PARTE, DENEGADA. O impetrante, embora também tenha requerido a liberdade do paciente, não apresentou qualquer fundamento para tanto. Simplesmente fez o pedido. Além disso, o STJ não se manifestou sobre a questão. Portanto, não há como o *habeas corpus* ser conhecido nesse ponto, sob pena de supressão de instância. Quanto ao pedido de fixação do regime prisional aberto ou semi-aberto, o TJSP, ao impor o regime fechado, considerou o fato de o paciente ser, de acordo com a sentença, “multi-reincidente”. Tal fundamento está em harmonia com o disposto nas alíneas “b” e “c” do § 2º do art. 33 do Código Penal, segundo as quais tanto o regime aberto, quanto o semi-aberto são reservados aos réus não reincidentes. *Habeas corpus* parcialmente conhecido e, nessa parte, denegado. (HC 100616 / SP - Relator Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, Julgamento em 08/02/2011, DJ de 14/3/2011).

*HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. PEDIDO DE COMUTAÇÃO DE PENA. JUÍZO DE ORIGEM.

**HC 104.017 AGR / RJ**

APRECIÇÃO. AUSÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE SEU EXAME PELO STF SOB PENA DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIAS. ALEGAÇÃO DE DEMORA NO JULGAMENTO DO MÉRITO DE WRIT PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. EXCESSO DE IMPETRAÇÕES NA CORTE SUPERIOR PENDENTES DE JULGAMENTO. FLEXIBILIZAÇÃO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO QUE SE MOSTRA COMPREENSÍVEL. APOSENTADORIA DO RELATOR DOS FEITOS MANEJADOS EM FAVOR DO PACIENTE. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO PARA DETERMINAR SUA REDISTRIBUIÇÃO. I – O pedido de comutação da pena não pode ser conhecido, uma vez que esta questão não foi sequer analisada pelo juízo de origem. Seu exame por esta Suprema Corte implicaria indevida supressão de instância e extravasamento dos limites de competência do STF descritos no art. 102 da Constituição Federal. II – O excesso de trabalho que asoberba o STJ permite a flexibilização, em alguma medida, do princípio constitucional da razoável duração do processo. Precedentes. III - A concessão da ordem para determinar o julgamento do *writ* na Corte a quo poderia redundar na injustiça de determinar-se que a impetração manejada em favor do paciente seja colocada em posição privilegiada com relação a de outros jurisdicionados. IV – Ordem concedida de ofício para determinar a redistribuição dos *habeas corpus* manejados no STJ em favor do paciente, em razão da aposentadoria do então Relator. (HC 103835/SP Relator: Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, Julgamento em 14/12/2010, DJ de 8/2/2011).

*Habeas corpus*. Homicídio. Prisão ordenada independentemente de trânsito em julgado. Superveniência do trânsito em julgado. *Writ* prejudicado. Fixação de regime inicialmente fechado. Questão não submetida ao crivo do STJ. Supressão de instância. *Habeas corpus* não conhecido. 1. Prejudicialidade do *writ* impetrado perante Tribunal Superior



**HC 104.017 AGR / RJ**

fundada em decisão liminar, precária e efêmera, obtida pelo paciente perante esta Suprema Corte incorrente. 2. Superveniência de trânsito em julgado da decisão condenatória, a ensejar o reconhecimento da prejudicialidade de ambas as impetrações. 3. A questão relativa à propriedade do regime prisional imposto ao paciente pela decisão condenatória não foi submetida ao crivo do Superior Tribunal de Justiça, não se admitindo a apreciação do tema por esta Suprema Corte, de forma originária, sob pena de configurar verdadeira supressão de instância. Precedentes. 4. *Writ* não conhecido. (HC 98616/SP, Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Órgão Julgador: Primeira Turma, Julgamento em 14/12/2010).

Outrossim, ainda que superado tal óbice, esta Corte tem jurisprudência no sentido de que a conexão de ações penais é matéria incognoscível em sede de *habeas corpus*, por demandar dilação probatória, revelando-se a separação de feitos processuais uma faculdade do magistrado, nos termos do art. 80 do Código de Processo Penal:

*Art. 80. Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação.*

Leia-se da ementa do HC 91.895/SP, da relatoria do Ministro Menezes Direito, julgado em 1º/4/2008:

*Habeas corpus*. Crime continuado. Dilação probatória. Conexão. Reunião facultativa de processos. Prejuízo ao direito de ampla defesa em vista da multiplicidade de ações penais instauradas.

**1. Não é possível, em sede de *habeas corpus*, examinar se estão presentes os requisitos fáticos caracterizadores da continuidade delitiva. Tal exame exigiria dilação probatória, não admitida nesta via processual. Ademais, no caso, o**

**HC 104.017 AGR / RJ**

**Superior Tribunal de Justiça não cuidou do tema no seu mérito, o que configura inviabilidade de seu exame nesta Suprema Corte, porquanto haveria supressão de instância.**

2. "Desde que submetidos ao mesmo juízo, pode o magistrado utilizar-se da faculdade de não reunir processos conexos, por força do que dispõe o art. 80 do CPP." (HC nº 80.717/SP, Tribunal Pleno, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence, DJ de 5/3/04).

3. Embora a conexão não implique, necessariamente, a reunião dos feitos em curso num único processo, devem eles ser submetidos à competência do mesmo Juízo prevento.

4. A multiplicidade de ações penais não constitui, por si só, obstáculo ao exercício do direito de ampla defesa do paciente. Somente é possível aferir eventual desrespeito a essa garantia constitucional diante de situação concreta.

5. *Habeas corpus* conhecido em parte e, nessa parte, deferido.

(grifos adicionados)

Nesse mesmo sentido, veja-se o HC 84.301/SP, Relator Ministro Joaquim Barbosa, Segunda Turma, Julgamento em 9/11/2004, DJ 24/3/2006:

HABEAS CORPUS. "OPERAÇÃO ANACONDA". INÉPCIA DA DENÚNCIA. ALEGAÇÕES DE NULIDADE QUANTO ÀS PROVAS OBTIDAS POR MEIO ILÍCITO. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. IMPORTANTE INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS. ART. 5º DA LEI 9.296/1996: PRAZO DE 15 DIAS PRORROGÁVEL UMA ÚNICA VEZ POR IGUAL PERÍODO. SUBSISTÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS QUE CONDUZIRAM À DECRETAÇÃO DA INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. DECISÕES FUNDAMENTADAS E RAZOÁVEIS. A prova pericial deverá servir de base à sentença, o que não se aplica ao recebimento da denúncia. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO PARA

**HC 104.017 AgR / RJ**

JULGAR OS FATOS IMPUTADOS AO PACIENTE, DADA A SUPOSTA PARTICIPAÇÃO DE SUBPROCURADOR DA REPÚBLICA, O QUE DETERMINARIA A COMPETÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (ART. 105, I, A, DA CONSTITUIÇÃO). Ainda não houve o oferecimento de denúncia contra o subprocurador da República, de modo que não há como deslocar a competência para o Superior Tribunal de Justiça. **VIOLAÇÃO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. DESMEMBRAMENTO DOS AUTOS. A regra do art. 79 do Código de Processo Penal - competência por conexão ou continência - é abrandada pelo teor do art. 80 do Código de Processo Penal, que faculta a separação dos autos quando se tratar de fatos distintos, como ocorre nos caso concreto. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA AMPLA DEFESA. IMPEDIMENTO DO PACIENTE DE PRESENCIAR A SESSÃO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO QUE RECEBEU A DENÚNCIA. Não há, nos autos, prova de incidente dessa natureza. De qualquer forma, ao magistrado é facultado o uso do poder de polícia, nos termos do art. 251 do Código de Processo Penal. A norma aplicável à espécie determina a intimação pessoal, devidamente efetuada, no caso, tendo o procurador presenciado a sessão e, inclusive, feito sustentação oral. ALEGAÇÕES DE PARCIALIDADE DA DESEMBARGADORA RELATORA DA AÇÃO PENAL E DE NULIDADE DO ACÓRDÃO QUE RECEBEU A DENÚNCIA. DESCABIMENTO. ATO PROCESSUAL DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. A fundamentação do acórdão em fatos concretos afasta a alegação de ausência de requisitos legais para a prisão preventiva. DIREITO DE TRANSFERÊNCIA DO PACIENTE PARA LOCAL ADEQUADO, EM VIRTUDE DE SUA PRERROGATIVA DE SER RECOLHIDO APENAS EM PRISÃO ESPECIAL. A causa de pedir não foi apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, de sorte que seu exame pelo Supremo Tribunal Federal acarretaria supressão de instância. Habeas corpus conhecido em parte e, nessa parte, indeferido.**

(grifo adicionado)

**HC 104.017 AGR / RJ**

Reitere-se que, no presente caso, a prevenção restou observada, porque tramitam no mesmo juízo todos os feitos processuais, não havendo, quanto ao mais, patente ilegalidade ou abuso de poder que pudesse autorizar o conhecimento deste *habeas corpus per saltum*.

Com efeito, apenas a título argumentativo, da leitura da própria petição de agravo regimental (fls. 1853), verifica-se que as ações penais a que o paciente responde correspondem, aparentemente, a fatos diversos, alguns em concurso de pessoas, outros não, e abrangem fatos ocorridos em períodos de tempo diferenciados, relativos a diversos tipos penais

As ações penais de maior complexidade podem ser desmembradas, ainda que eventualmente exista conexão entre as infrações processadas, por motivos de conveniência da instrução criminal.

Ante o exposto, o voto é pelo desprovimento do agravo regimental.

**13/12/2011**

**PRIMEIRA TURMA**

**AG.REG. NO HABEAS CORPUS 104.017 RIO DE JANEIRO**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, hoje mesmo, trouxe *habeas corpus* para declarar o respectivo prejuízo, porque entendo que, pela envergadura da ação, o Colegiado deve sempre pronunciar-se a respeito.

Por isso, peço vênua ao Relator para prover o agravo a fim de que o *habeas*, com processo devidamente aparelhado e, portanto, com a manifestação do Ministério Público, venha a julgamento.



**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NO HABEAS CORPUS 104.017**

PROCED. : RIO DE JANEIRO

**RELATOR : MIN. LUIZ FUX**

AGTE.(S) : GILBERTO LINHARES TEIXEIRA

ADV.(A/S) : LUIZ CARLOS DA SILVA NETO

AGDO.(A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** Por maioria de votos, a Turma negou provimento ao agravo regimental no *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio. Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. 1ª Turma, 13.12.2011.

Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Dias Toffoli e Luiz Fux.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Cláudia Sampaio Marques.

Carmen Lilian  
Coordenadora